

ÁREA TEMÁTICA: COOPERATIVISMO

COOPERATIVISMO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS GUIAS TURÍSTICOS NO PARQUE NACIONAL DE SETE CIDADE

Osmar Pedrosa de Sousa Junior

Graduando em Administração

Instituição: Instituto Federal do Piauí – IFPI *Campus* Piripiri

Rodrigo Amaral Rodrigues

Doutor em Ambiente e Desenvolvimento

Instituição: Instituto Federal do Piauí – IFPI *Campus* Piripiri

rodrigo.amaral@ifpi.edu.br

RESUMO

O cooperativismo, ao promover a gestão democrática e a solidariedade entre seus membros, apresenta-se como um modelo organizacional capaz de conciliar desenvolvimento econômico e responsabilidade socioambiental, tornando-se um importante aliado na construção de práticas sustentáveis e na promoção de uma economia mais justa e equilibrada. O presente trabalho tem como objetivo investigar como a gestão cooperativa dos guias turísticos contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica no Parque Nacional de Sete Cidades, localizado no norte do estado do Piauí. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas com guias turísticos, visitantes e moradores da região. A análise dos dados foi organizada em categorias temáticas, com foco em práticas sustentáveis, desafios enfrentados pelos guias e percepções dos atores envolvidos. Os resultados indicam que a atuação da cooperativa de guias promove a valorização do território, fortalece a educação ambiental e contribui para a inclusão da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico. Contudo, foram identificadas fragilidades como a falta de infraestrutura, a ausência de políticas públicas que reconheçam formalmente o papel dos guias e o enfraquecimento institucional das cooperativas. Conclui-se que o cooperativismo é uma ferramenta estratégica para o turismo sustentável, mas sua eficácia depende do fortalecimento das políticas de apoio, formação contínua e gestão participativa. Este estudo reforça a importância da integração entre poder público, sociedade civil e profissionais do turismo para assegurar o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento em áreas protegidas.

Palavras-chave: Turismo sustentável; Cooperativismo; Educação ambiental; Parque Nacional de Sete Cidades; Desenvolvimento local.

ABSTRACT

Cooperativism, by promoting democratic management and solidarity among its members, presents itself as an organizational model capable of reconciling economic development and socio-environmental responsibility, becoming an important ally in building sustainable practices and fostering a more just and balanced economy. This study aims to investigate how cooperative management by tour guides contributes to

promoting environmental, social, and economic sustainability in Sete Cidades National Park, located in the northern state of Piauí. The research adopts a qualitative approach, conducting semi-structured interviews with tour guides, visitors, and residents of the region. Data analysis was organized into thematic categories, focusing on sustainable practices, challenges faced by guides, and the perceptions of stakeholders. The results indicate that the work of the guide cooperative promotes the appreciation of the territory, strengthens environmental education, and contributes to the inclusion of the local community in the tourism development process. However, weaknesses were identified, such as the lack of infrastructure, the absence of public policies that formally recognize the role of guides, and the institutional weakening of cooperatives. The conclusion is that cooperativism is a strategic tool for sustainable tourism, but its effectiveness depends on strengthening support policies, ongoing training, and participatory management. This study reinforces the importance of integration between government, civil society, and tourism professionals to ensure a balance between conservation and development in protected areas.

Keywords: Sustainable tourism; Cooperativism; Environmental education; Sete Cidades National Park; Local development.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento do turismo em áreas naturais tem exigido modelos de gestão que conciliem a preservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Nesse contexto, o cooperativismo surge como uma estratégia capaz de fortalecer a organização coletiva, gerar renda e promover práticas sustentáveis, especialmente em territórios com restrições de uso, como parques nacionais.

O cooperativismo, conforme descrito por Silva (2021), tem sido reconhecido como uma abordagem estratégica para promover o crescimento econômico e a estabilidade social. Ao facilitar a integração produtiva e a distribuição equitativa dos resultados, as cooperativas desempenham um papel significativo na criação de oportunidades e na redução das disparidades socioeconômicas. No Brasil, desde o final do século XIX, esse paradigma tem levado ao crescimento de diversas comunidades, principalmente em regiões rurais e menos desenvolvidas.

As cooperativas de guias turísticos organizam profissionais locais, o que melhora os serviços aos visitantes e fortalece o vínculo entre a comunidade e a área protegida. Essa integração promove a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da conservação, além de gerar emprego e renda para a população local. Rodrigues e Godoy (2013) destacam que a participação de diversos atores, incluindo associações e cooperativas de base comunitária, é fundamental no desenvolvimento do turismo em parques nacionais.

Além disso, a gestão compartilhada entre o poder público e as cooperativas pode resultar em modelos mais adaptados às realidades locais, aumentando a eficiência na administração dos parques. Essa parceria potencializa a oferta de serviços de apoio à visitação, como guias especializados, infraestrutura adequada e atividades educativas, contribuindo para uma experiência turística enriquecedora e sustentável. Azevedo e Alencar (1998) ressaltam que a concessão de serviços públicos, quando bem estruturada, pode aprimorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento socioeconômico local.

A integração entre a gestão dos parques nacionais e as cooperativas de guias turísticos representa uma abordagem estratégica para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local. Essa sinergia possibilita a conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades econômicas para as comunidades envolvidas, alinhando-se aos princípios de um turismo responsável e sustentável. De acordo com Rodrigues (2009), "o processo de incubação das cooperativas propiciou a integração das instituições que atuam no transporte (terrestre e náutico) e na condução de turistas no Parque Nacional de Anavilhanas, promovendo o desenvolvimento sustentável na região.

O Parque Nacional de Sete Cidades, primeiro parque nacional criado no território do estado do Piauí, é uma área de relevância natural e cultural no estado, atraindo turistas em busca de atrações únicas, experiências culturais e paisagens cênicas. Nesse contexto, a cooperativa de guias turísticos desempenha um papel central na mediação entre os visitantes e o ambiente natural, promovendo práticas que visam tanto a preservação ambiental natural quanto o desenvolvimento econômico das comunidades locais.

Compreender a gestão dessa cooperativa é essencial para avaliar como as práticas de gestão adotadas contribuem para uma experiência turística sustentável e responsável, além de oferecer insights para fortalecer o papel dos guias turísticos na preservação dos recursos naturais e culturais do parque. Esse estudo busca fornecer uma análise que possa embasar iniciativas para aprimorar a atividade turística, maximizando seus benefícios e minimizando impactos ambientais. Esta investigação tenta responder a seguinte indagação: Como o trabalho cooperativo adotado pelos guias turísticos no Parque Nacional de Sete Cidades contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica em seu contexto de atuação? Assim, o objetivo deste estudo consiste em investigar como a gestão da cooperativa de guias turísticos no Parque Nacional de Sete Cidades contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

A relevância desse estudo reside na sua capacidade de aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de gestão cooperativa e sua aplicabilidade no contexto do turismo sustentável, oferecendo subsídios para a implementação de políticas públicas e estratégias de gestão que integrem, de maneira equilibrada, a conservação ambiental e o desenvolvimento local. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam informar práticas mais responsáveis e sustentáveis no turismo, tanto no nível ambiental, ao promover a preservação dos recursos naturais, quanto no aspecto social, ao fomentar a inclusão e o fortalecimento das comunidades locais.

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando o estudo de caso como estratégia metodológica. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com guias turísticos cooperados, gestores do Parque Nacional de Sete Cidades e moradores do entorno da unidade de conservação. As entrevistas foram analisadas com base na técnica de análise temática, buscando identificar padrões e categorias relacionados às práticas de sustentabilidade nos âmbitos ambiental, social e econômico. Além disso, foram analisados documentos institucionais que complementaram a compreensão sobre o funcionamento da cooperativa e as práticas adotadas no parque. A pesquisa seguiu princípios éticos rigorosos, respeitando a privacidade dos participantes e a confidencialidade das informações.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a introdução, que apresenta o tema, objetivo, problema de pesquisa e justificativa; o referencial teórico, que aborda os principais conceitos sobre cooperativismo, gestão de áreas protegidas e turismo

sustentável; a metodologia, que descreve os procedimentos adotados na pesquisa; os resultados e discussão, que apresentam e analisam os dados coletados, confrontando-os com a literatura existente; e, por fim, as considerações finais, que resumem os principais achados da pesquisa, apontam as limitações do estudo e sugerem possíveis direções para futuras investigações na área.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico visa apresentar o referencial teórico que embasa este trabalho, abordando os principais conceitos relacionados ao cooperativismo como estratégia de desenvolvimento sustentável, a gestão de cooperativas no coletivo do turismo e os desafios e oportunidades para o turismo sustentável nos Parques Nacionais.

2.1. Cooperativismo como estratégia de desenvolvimento sustentável

A busca por modelos de desenvolvimento que conciliem o crescimento econômico, a justiça social e a preservação ambiental têm se intensificado nas últimas décadas, especialmente em contextos que envolvem a gestão de áreas protegidas e o turismo sustentável. O cooperativismo, como forma de organização social e econômica, surge como um modelo promissor para integrar essas dimensões, promovendo o desenvolvimento local e a preservação dos ecossistemas de maneira equitativa e participativa.

Do ponto de vista sociológico, a cooperação é uma forma de integração social que se caracteriza pela ação conjunta, na qual indivíduos se unem, de maneira formal ou informal, para alcançar um objetivo comum. O cooperativismo, por sua vez, pode ser entendido como a doutrina que fundamenta as práticas cooperativas, com o propósito de promover a renovação social por meio da cooperação. O Cooperativismo é, pois, um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social.

O movimento cooperativista teve início na Inglaterra e França como oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado no fim do século XVIII e início do século XIX, ao longo desses anos o cooperativismo tem se consolidado como uma estratégia socioeconômica capaz de promover a inclusão social e reduzir desigualdades, especialmente em áreas rurais e menos desenvolvidas. Segundo Silva (2021), as cooperativas, ao basearem-se nos princípios da autogestão, solidariedade e participação democrática, permitem uma gestão compartilhada e a distribuição equitativa dos benefícios entre seus membros, fortalecendo a coesão social e o empoderamento das comunidades locais.

No Brasil, o cooperativismo foi introduzido pelos europeus, inicialmente por meio das cooperativas de consumo nas cidades e das cooperativas agrícolas no campo. O Movimento Cooperativista Brasileiro, que surgiu no final do século XIX, foi impulsionado por diversos grupos, como funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, com o objetivo de suprir suas necessidades. Segundo a OCB (2014), esse movimento teve um papel fundamental na organização e no fortalecimento da economia solidária no país. Como observa Bialoskorski Neto (2012), o cooperativismo no Brasil se consolidou como uma resposta das classes trabalhadoras e setores excluídos da economia formal, oferecendo alternativas para o desenvolvimento social e econômico de forma colaborativa.

No contexto do turismo sustentável, o cooperativismo se configura como uma ferramenta estratégica para integrar a comunidade à gestão do turismo,

proporcionando autonomia econômica e promovendo a conservação ambiental. Essa abordagem cooperativa, conforme discutido por Pinho (2010), permite uma organização mais eficiente das atividades turísticas, garantindo que os lucros gerados pelo turismo permaneçam na comunidade, favorecendo a melhoria das condições de vida e a preservação dos recursos naturais.

Além disso, o cooperativismo pode atuar como mediador entre as necessidades econômicas das comunidades e as exigências de conservação, promovendo uma abordagem holística do desenvolvimento sustentável. Essa integração promove a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da conservação, além de gerar emprego e renda para a população local.

2.2 Gestão de cooperativas e a organização do trabalho coletivo no turismo

A gestão de cooperativas constitui um elemento central para compreender os mecanismos de organização do trabalho coletivo no setor turístico, especialmente em contextos que demandam práticas sustentáveis e participativas. Diferente de modelos empresariais tradicionais, a gestão cooperativa baseia-se em princípios democráticos, na participação ativa dos membros e na distribuição equitativa dos resultados, aspectos que fortalecem o engajamento e a corresponsabilidade entre os cooperados.

Essa estrutura possibilita não apenas a geração de trabalho e renda, mas também a valorização das práticas comunitárias, promovendo uma dinâmica organizacional que respeita a diversidade cultural e os recursos naturais presentes nos territórios turísticos. Ramiro e Teixeira (2009), destacam que o turismo comunitário possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais.

No turismo, a adoção de modelos cooperativos é estratégica, pois contribui para a qualificação da atividade e para a inclusão social, favorecendo a consolidação de experiências autênticas e sustentáveis. Schmidt, Vitalli e Araújo (2018), ressaltam que os cooperados devem estar preparados para exercer as funções de gestão e autogestão na cooperativa ao mesmo tempo em que deve buscar meios de se capacitarem para tais atribuições.

A organização coletiva dos guias e demais trabalhadores do setor implica na construção de processos de gestão que conciliem eficiência, autonomia e preservação ambiental, garantindo que as práticas turísticas não comprometam os ecossistemas e as comunidades locais. Nesse sentido, compreender a gestão das cooperativas no turismo é essencial para analisar como esses arranjos institucionais podem promover um desenvolvimento equilibrado, pautado na cooperação, no planejamento participativo e na sustentabilidade.

A constituição de cooperativas tem se mostrado uma abordagem eficaz para aprimorar a gestão das atividades turísticas em áreas naturais protegidas, incluindo os Parques Nacionais que possuem restrições de uso. Com a formação de cooperativas de guias turísticos, além da formalização do trabalho desses profissionais, sua expertise local passa a ser reconhecida, o que contribui para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes.

Brumatti e Rozendo (2021), indicam que a concessão de serviços turísticos a empresas privadas ou cooperativas apresenta uma solução viável para as dificuldades encontradas na gestão de Unidades de Conservação - UCs, principalmente no que se refere aos recursos financeiros e humanos limitados. Esse método promove a criação

de empregos e a geração de renda nas comunidades do entorno, ao mesmo tempo em que fomenta a educação ambiental e o turismo sustentável.

A organização em cooperativas oferece vantagens significativas, como a partilha de conhecimentos entre os membros, o fortalecimento da relação com a comunidade local e a possibilidade de uma gestão participativa. Para os visitantes, isso se traduz em experiências enriquecedoras, conduzidas por guias com profundo entendimento sobre a biodiversidade, a geologia e a cultura da região.

2.3 Desafios e oportunidades para o turismo sustentável nos Parques Nacionais

A implementação do turismo sustentável nos Parques Nacionais enfrenta desafios consideráveis. Um obstáculo primário é alcançar um equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais e o aumento do número de turistas. Questões que exigem uma gestão metódica e estratégica incluem a pressão sobre os ecossistemas locais, a demanda por infraestrutura suficiente e o treinamento contínuo de guias turísticos.

Por outro lado, conforme observado pelo ICMBio (2023), há muitas oportunidades, sendo um aspecto encorajador o potencial de aprimorar iniciativas educacionais voltadas aos visitantes, promovendo uma compreensão mais profunda da importância da conservação ambiental. Além disso, a interação entre turistas e guias locais pode se tornar um meio eficaz para incentivar práticas responsáveis, como o consumo consciente de recursos e o respeito ao patrimônio natural.

Além disso, o fortalecimento do turismo sustentável nos parques nacionais tem o potencial de gerar desenvolvimento socioeconômico para a região, valorizando a cultura local e promovendo atividades econômicas complementares, uma vez que o turismo sustentável deve buscar a integração entre conservação ambiental, equidade social e viabilidade econômica (OMT, 2018).

Nesse sentido, a adoção de práticas que conciliem preservação ambiental e inclusão social torna-se essencial para garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos de forma justa entre as comunidades locais. Segundo Beni (2021), o turismo, quando planejado de forma sustentável, possibilita a geração de renda e emprego, reduzindo desigualdades e fortalecendo a identidade cultural das populações receptoras. Assim, políticas públicas e estratégias de gestão devem priorizar modelos de desenvolvimento que favoreçam a participação ativa dessas comunidades.

Além do impacto econômico, o turismo sustentável também contribui para a conscientização ambiental tanto de visitantes quanto de residentes, promovendo práticas que reduzem impactos negativos sobre os ecossistemas. De acordo com Swarbrooke (2000), o turismo sustentável não se limita à conservação da natureza, mas envolve também a mudança de comportamento dos turistas e das organizações envolvidas. Dessa forma, ações educativas e programas de sensibilização se tornam ferramentas fundamentais para assegurar a proteção do patrimônio natural e cultural nos parques nacionais.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, uma vez que busca compreender e descrever, a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos, de que forma a gestão cooperativa dos guias turísticos no Parque Nacional de Sete Cidades contribui para a

promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A escolha por essa abordagem deve-se à complexidade do fenômeno estudado, que envolve dimensões subjetivas, sociais e organizacionais que não podem ser plenamente captadas por métodos quantitativos.

Este estudo adota a abordagem de estudo de caso, permitindo uma análise detalhada de um contexto específico, com foco na realidade de uma cooperativa de guias que atua na unidade de conservação em questão. Ao adotar essa metodologia, é possível investigar o fenômeno em seu ambiente natural, levando em consideração as interações entre os diferentes atores, os processos de gestão envolvidos e os resultados observados no que tange à sustentabilidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com guias turísticos membros da cooperativa, gestores do parque e moradores do entorno do parque. As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, com perguntas abertas relacionadas à organização da cooperativa, às práticas sustentáveis adotadas, aos desafios enfrentados e aos resultados observados. Além disso, foram utilizados dados secundários, obtidos por meio da análise de documentos institucionais, relatórios de atividades da cooperativa, registros do parque e materiais de divulgação turística.

A análise dos dados foi conduzida por meio da abordagem qualitativa, utilizando-se a análise temática, técnica amplamente reconhecida por sua capacidade de identificar, organizar e interpretar padrões de significado presentes nos discursos. Esse método permite compreender de forma aprofundada as relações entre os atores e as dinâmicas que emergem em determinado contexto organizacional, possibilitando a construção de categorias analíticas que sustentem a interpretação dos resultados.

Por meio dessa técnica, foram mapeadas as interações entre os membros da cooperativa, gestores e outros stakeholders, permitindo uma compreensão mais profunda dos fluxos de informações, das práticas de gestão e dos impactos das ações colaborativas na sustentabilidade. Por se tratar de uma ferramenta flexível que permite explorar a fundo as experiências e perspectivas dos participantes, a análise temática possibilitou identificar, analisar e interpretar os padrões de significado presentes nas entrevistas e documentos analisados nesse estudo.

Todos os cuidados éticos foram observados durante a pesquisa, respeitando a confidencialidade e o anonimato dos participantes, além de garantir a transparência na utilização das informações coletadas. O estudo também procurou garantir que os sujeitos da pesquisa tivessem pleno conhecimento sobre a finalidade e os procedimentos envolvidos, assegurando que sua participação fosse voluntária e fundamentada no consentimento informado.

4. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas e da documentação institucional permitiu identificar três categorias analíticas principais que evidenciam a contribuição da gestão cooperativa dos guias turísticos para a sustentabilidade no Parque Nacional de Sete Cidades: gestão cooperativa e sustentabilidade, impactos ambientais e culturais, e percepções dos atores envolvidos

Com base nas entrevistas realizadas e na análise das transcrições, foram estabelecidas as categorias analíticas que emergiram diretamente dos dados e que se encontram alinhadas aos objetivos do estudo. Para garantir clareza na apresentação dos resultados, as falas dos participantes foram identificadas por meio da seguinte legenda: (GGT) para Grupo de Guias de Turismo, (GM) para Grupo de

Moradores e (GT) para Grupo de Turistas. A seguir, os resultados e respectivas discussões são apresentados conforme essas categorias temáticas.

No que se refere a gestão cooperativa e sustentabilidade, a atuação dos guias turísticos desempenham um papel relevante na promoção da educação ambiental e na preservação do patrimônio natural do Parque. As entrevistas evidenciaram que a atuação cooperativa estimula práticas orientadas para a conservação, como a sensibilização dos visitantes quanto à importância da biodiversidade local e à necessidade de cumprimento das normas do parque, evitando danos aos recursos naturais.

A atuação cooperativa estimulada para as práticas orientadas para a conservação e preservação ambiental é manifestada na fala do guia turístico GGT1 ao afirmar que “Nosso trabalho vai além de só conduzir os turistas. A gente precisa ensinar a interpretar a paisagem, a flora, a fauna, mostrar a importância de preservar. Nós, guias, somos educadores ambientais também”.

Essa atuação está alinhada aos princípios do turismo sustentável, conforme apontado por autores como Beni (2021) e Medeiros & Sousa (2020), reforçando a ideia de que a gestão participativa é essencial para a manutenção da integridade ecológica em unidades de conservação.

No âmbito social, a organização cooperativa contribui para a inclusão da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico, gerando oportunidades de trabalho e renda. Verificou-se que os guias, ao atuarem de forma coletiva, não apenas compartilham responsabilidades, mas também constroem redes de solidariedade e fortalecem o capital social da região.

Tal constatação pode ser verificada na manifestação do sujeito GGT3 ao afirmar que “Quero destacar que o cooperativismo fortalece nosso trabalho e promove união. Já tivemos conquistas importantes, como uniformização, e cursos. Acredito que, unidos, conseguimos fazer do turismo uma ferramenta de transformação positiva para a região.”

Tal dinâmica promove um senso de pertencimento e reduz assimetrias entre atores internos e externos, aspectos defendidos por Queiroz e Almeida (2022) ao analisarem experiências comunitárias em áreas protegidas. Essa integração comunitária, além de promover justiça social, contribui para a aceitação das normas ambientais, criando um ciclo virtuoso entre conservação e desenvolvimento local.

Em relação ao âmbito econômico, constatou-se que a atuação cooperativa tem potencial para fomentar a geração de renda e diversificação das atividades ligadas ao turismo. Entretanto, as entrevistas revelaram limitações que comprometem a gestão da cooperativa, especialmente devido à ausência de políticas públicas de apoio e à baixa formalização da atividade em âmbito local. Essa verificação é conferida na fala do sujeito GGT2 ao afirmar que: “A cooperativa fortalece a nossa categoria, ajuda a distribuir de forma mais justa as oportunidades de trabalho e promove capacitações. Para o parque, isso significa mais controle e profissionalismo no atendimento aos visitantes, mas o que falta para nós mesmo aqui é apoio dos órgãos públicos.”

Tal cenário marcado pela fragilidade institucional e a limitação da capacidade competitiva da cooperativa é corroborado por estudos sobre economia solidária e turismo comunitário (Silva et al., 2021), que apontam a dependência dessas organizações em relação a políticas de fomento e apoio governamental.

No que tange a análise dos desafios enfrentado pela Cooperativa, a conciliação entre atividades turística e preservação ambiental configura-se como uma das principais dificuldades enfrentados pelos guias turísticos vinculados à cooperativa. No

entender do GGT2 “O desenvolvimento das cidades, a chegada do que se entende de progresso, é hoje um dos principais desafios à preservação.

Segundo Tchmolo et al. (2024), para que o turismo seja realmente sustentável, é necessário um equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, o que só pode ser alcançado com investimentos constantes em educação, infraestrutura e políticas de inclusão comunitária.

Já no tocante à comunidade local, os moradores e turistas reconhecem a contribuição da cooperativa para a mitigação dos impactos socioambientais nocivos presentes no Parque. Essa percepção está de acordo com o que afirmam Rodrigues e Godoy (2013), que apontam que a atuação de cooperativas e associações de base comunitária nas Unidades de Conservação é essencial para integrar os interesses das comunidades locais à gestão do turismo, promovendo o desenvolvimento socioeconômico com inclusão.

Isso é confirmado nas falas de moradores e turistas ao salientarem que “A presença da cooperativa na nossa comunidade trouxe impactos muito positivos, principalmente no aspecto econômico, com geração de renda e oportunidades de negócios” (GM1). “A atuação organizada dos guias locais não apenas profissionaliza o turismo, mas também integra a comunidade nesse processo” (GT2). “Para mim, qualquer ação dentro de uma Unidade de Conservação precisa envolver os moradores e visitantes, porque não somos só moradores, somos também os verdadeiros guardiões desse território e o trabalho dos guias com nós tem dado bons resultados” (GM3). “A organização por meio de cooperativas, como percebi, contribui não só para melhorar o atendimento ao visitante, mas também para preservar o Parque” (GT3).

Por fim, embora a gestão cooperativa dos guias turísticos no Parque Nacional de Sete Cidades represente um instrumento promissor para o desenvolvimento sustentável, os resultados indicam a necessidade de estratégias integradas que superem os desafios identificados. Entre as demandas mais urgentes destacam-se: investimentos em infraestrutura, capacitação contínua dos guias, formalização do reconhecimento institucional e fortalecimento das parcerias entre cooperativa, poder público e setor privado. Tais medidas são fundamentais para consolidar um modelo de gestão que assegure a sustentabilidade ambiental, social e econômica, em consonância com as diretrizes do turismo em áreas protegidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar de que maneira a gestão cooperativa dos guias turísticos contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica no Parque Nacional de Sete Cidades, situado no norte do estado do Piauí. A partir dessa análise, buscou-se compreender como a organização coletiva do trabalho, adotada por esses profissionais, impacta diretamente a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a geração de benefícios econômicos no contexto em que atuam.

Os resultados evidenciam que a cooperativa de guias atua como um agente central na gestão do turismo local e na realização de ações educativas, desempenhando ainda o papel de mediadora entre os visitantes e a natureza. Observa-se que a governança compartilhada promove maior inclusão dos atores locais nos processos decisórios, além de gerar benefícios por meio do turismo comunitário, fortalecendo assim o modelo adotado na região estudada.

Os resultados indicam que as práticas sustentáveis implementadas pelos guias da cooperativa incluem ações como educação ambiental durante os passeios, controle do fluxo de visitantes e cumprimento das normas de conservação. Também foi constatada a existência de desafios significativos, como a falta de apoio institucional, a infraestrutura insuficiente para execução das atividades e a ausência de obrigatoriedade na contratação de guias pelos turistas que visitam a área protegida. Destaca-se, ainda, a eficácia do projeto de telefonia, avaliado externamente, que evidenciou uma visão coletiva voltada para o fortalecimento do treinamento dos guias locais.

Algumas lacunas relevantes foram identificadas pela pesquisa. A primeira refere-se à ausência de políticas públicas que reconheçam formalmente a importância dos guias de visitantes tanto na preservação ambiental quanto na promoção da educação turística por parte de órgãos públicos e agências de fomento que tenham políticas de financiamento voltadas para esse setor. A inexistência de regulamentações que tornem obrigatória a contratação de guias constitui um obstáculo às iniciativas de conservação e coloca em risco a valorização dessa categoria profissional também representa um fator crítico no desenvolver das atividades da Cooperativa. Outro ponto crítico é a fragilidade das instituições de associativismo e cooperativismo, enfraquecidas por fatores como o aumento do individualismo, a sazonalidade do comércio turístico e o baixo investimento em capacitação contínua.

Diante disso, caminhos possíveis para superar essas lacunas incluem: a construção de uma política pública local participativa, com regulamentação do trabalho de guias, incentivo à formação contínua e reconhecimento oficial da função educativa que exercem; o fortalecimento da cooperação entre ICMBio, universidades e a cooperativa, a fim de fomentar projetos de extensão, capacitações e estudos de impacto ambiental orientados pelas comunidades; e a adoção de modelos de gestão turística baseados na cogestão.

Em síntese, este trabalho contribui para demonstrar que o cooperativismo pode ser um instrumento estratégico de sustentabilidade em unidades de conservação, desde que conte com suporte político, financeiro e institucional. A valorização dos guias turísticos, sua formação contínua e sua integração aos processos decisórios do parque são aspectos indispensáveis para a construção de um turismo que preserve, eduque e promova o desenvolvimento local de forma justa e duradoura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, E. A.; ALENCAR, M. L. M. **Concessão de serviços públicos: comentários às Leis 8.987 e 9.074 (Parte Geral)**. São Paulo: Malheiros, 1998.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2021.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 15 (3), e-2119, set./dez, 2021.

GONÇALVES, C. S.; RANGEL, L. H. V.; ARAÚJO, R. B. G. Gestão e autogestão cooperativista: um estudo de caso na Cooperativa de Trabalho COOMSER. **Anais do Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 2, n. 1, 13 dez. 2018. Disponível em: [anais do EIGEDIN](#). Acesso via periódicos da UFMS em 31. mai. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - **ICMBio. Relatório de gestão 2023**. Brasília: ICMBio, 2023. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal>. Acesso em: 01 jun. 2025.

MEDEIROS, J. L.; SOUSA, R. P. **Capital social e cooperativismo: limites e possibilidades para o turismo comunitário em áreas naturais protegidas**. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 13, n. 2, p. 89–96, 2020.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Turismo sustentável: uma ferramenta para o desenvolvimento**. Madrid: OMT, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Relatório de atividades e balanço patrimonial do exercício de 2014, com pareceres da auditoria independente e do conselho fiscal, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de março de 2015**. Brasília: OCB, 2015. Disponível em: relatório de gestão de 2014 (PDF interativo) [acesso via site oficial OCB]. Acesso em 24. mai. 2025.

PINHO, D. B. **Economia solidária e cooperativismo: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ, M. M.; ALMEIDA, D. L. **Turismo e Conservação: O papel do guia de turismo na mediação ambiental em parques nacionais**. Caderno Virtual de Turismo, v. 22, n. 1, p. 1–13, 2022.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. da C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Belo Horizonte, v. 28, p. 75-88, dez. 2013. DOI: 10.5380/dma.v28i0.31280.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade. Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho, v. 22, n. 2, p. 232-262, 2021.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, R. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I. SANSOLO, D. G. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-368. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rbtur>. Acesso em 07 de jun. 2025.

SWARBROOKE, John. **Sustainable Tourism Management**. Oxon: CABI Publishing, 2000.

TCHMOLO, M. L.; GONZAGA, C. A. M. PUTTINI, F. V. D.; MAGANHOTTO, R. F. KNOREK, R.. Proposta de um novo conceito para turismo sustentável, à luz dos saberes de cidadania global e desenvolvimento sustentável. **Turismo: Visão e Ação, Balneário** Camboriú, v. 26, p. e 20056, jan./dez. 2024. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.14210/tva.v26.20056>>. Acesso em: 30 jun. 25.

